

COP16



COP16
COLOMBIA
PAZ con la naturaleza

O QUE SIGNIFICA PARA O SETOR PRIVADO?

DEPOIMENTOS DE CALI

Sobre a ICC (International Chamber of Commerce) e a ICC Brasil

Como representante institucional de mais de 45 milhões de empresas em mais de 170 países, a Câmara de Comércio Internacional (ICC) atua como a principal voz da economia real em organizações multilaterais como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Comércio, entre outras, contribuindo para as tomadas de decisão globais.

No Brasil, a ICC atua com a missão de trazer o setor privado para o centro da agenda de inserção internacional, integridade e sustentabilidade, atuando junto a governos locais e organismos internacionais na construção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico, social e a melhoria do ambiente de negócios. A instituição possui uma visão multissetorial com 200 associados entre empresas multinacionais, bancos, consultorias e escritórios de advocacia. Conta com oito comissões temáticas nas quais desenvolve projetos e endereça assuntos de alta relevância para o setor empresarial brasileiro nas frentes de *advocacy* e da formulação de melhores práticas.



Rua Surubim 504, 12º andar. Brooklin, São Paulo - SP
CEP 04571-050
Tel: +55 11 3040-8832 / 8835
iccbrasil@iccbrasil.org

Favor citar como:

ICC Brasil (2024), COP16: O que significa para o setor privado? – Depoimentos de Cali.

Copyright © 2024 ICC Brasil. Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste trabalho pode ser reproduzida, copiada, distribuída, transmitida, traduzida ou adaptada de qualquer forma ou por qualquer meio - gráfico, eletrônico ou mecânico, incluindo, sem limitação, fotocópia, digitalização, gravação de áudio ou imagem ou pelo uso de computador, internet ou sistemas de recuperação de informações - sem permissão por escrito. A permissão pode ser solicitada à ICC por meio do e-mail <iccbrasil@iccbrasil.org>.

Foto da capa: CESAR CARRION (Presidencia Colombia)

Introdução

A ICC e a ICC Brasil - junto com uma delegação de mais de 100 executivos membros - estiveram presente em Cali, Colômbia, acompanhando de perto as negociações da COP16 e as principais tendências da agenda de biodiversidade.

Reunimos aqui os principais resultados da Conferência e impressões de especialistas de empresas associadas, buscando mapear e traduzir o que a COP16 significou para diferentes setores.

Resultados da COP16

As negociações da COP16 em Cali terminaram sem decisões sobre itens importantes como mobilização de recursos e *framework* de monitoramento, mas atingiram consenso quanto a modalidades do mecanismo multilateral sobre sequências genéticas digitais (DSI, inglês) - incluindo o que agora é conhecido como “Fundo de Cali” - e ao estabelecimento de um novo órgão subsidiário sobre o Artigo 8j referente aos direitos dos povos indígenas.

Distribuídas em dois grupos de trabalho e vários grupos de contato ao longo das duas semanas, as negociações passaram a nível ministerial no final da segunda semana. Após uma sessão de doze horas que durou até a manhã seguinte, a plenária de encerramento da COP16 foi finalmente suspensa devido à falta de quórum e será retomada entre 25 e 27 de fevereiro de 2025 em Roma, Itália.

Principais decisões adotadas:

- **“COP dos Povos”**: diversas decisões em relação a Povos Indígenas e Comunidades Locais (IP&LC), incluindo o estabelecimento de um órgão subsidiário permanente focado em questões de IP&LC, uma decisão sobre pessoas de ascendência africana e a alocação de pelo menos metade do fundo de Cali para apoiar as necessidades de IP&LC;
- **DSI**: Dada a improbabilidade de qualquer resultado bem-sucedido quanto a mobilização de recursos durante a COP16, havia um forte imperativo político para se alcançar um resultado tangível quanto à repartição de benefícios originados a partir do uso de sequências genéticas digitais (DSI, em inglês). Apesar da falta de progresso de alguns elementos e o reconhecimento por muitos negociadores de que ainda havia muitas questões em aberto, o texto adotado define elementos-chave e traz aberturas para adaptação e eventuais revisões. Nesse sentido, a decisão fornece uma base inicial para se avançar, mas muitos aspectos importantes exigem mais aprofundamento baseado em evidências, a fim de garantir que o mecanismo tenha as condições e incentivos necessários para permitir ampla participação empresarial.

“

Minha leitura dessa COP16 abordou 3 grandes temas: por parte dos governos a discussão sobre sequencia digital (DSI), que por sinal teve grande participação do setor privado nas propostas de texto, mas também as empresas debatendo como avançar nas suas análises de riscos e dependências relacionados a meta 15 e qual papel que o créditos de biodiversidade podem ter na sua estratégia de biodiversidade. No tema de créditos de biodiversidade apesar de estarmos longe de eventuais harmonizações em relação à metodologias, percebi diferentes abordagens e que a conexão com a estratégia de biodiversidade das empresas que vai ajudar a direcionar para onde esse mercado deverá seguir.” – **Keyvan Macedo**, Vice Chair for the Global ICC Environmental & Energy Comission



“

A COP16, realizada em Cali, representou um marco crucial para o diálogo global sobre a conservação da biodiversidade. Para o setor privado, os temas de acesso e repartição de benefícios, especialmente no que diz respeito à DSI, são de fundamental importância. A possibilidade de retornar os benefícios à natureza e de contar com maior certeza jurídica e acesso à informação impulsiona as empresas a adotarem práticas mais sustentáveis e inovadoras. A discussão sobre a mobilização de recursos também foi um ponto alto da COP. O setor privado tem um papel essencial nesse processo, atuando como um dos principais financiadores para a restauração e conservação da natureza. É crucial que encontremos modelos de negócios inovadores que permitam conciliar a geração de valor com a preservação ambiental. Por fim, a questão da transparência se mostrou cada vez mais relevante. A necessidade de divulgar informações sobre o uso de recursos naturais e os impactos das atividades das empresas impacta diretamente a forma como as organizações se posicionam no mercado. A transparência não é apenas uma questão de compliance, mas também uma oportunidade para as empresas demonstrarem sua liderança em sustentabilidade.” - **Angela Fey**, Gerente de Sustentabilidade na Novonesis e Vice-Chair da Comissão de Meio Ambiente e Energia da ICC Brasil

A COP16 em Cali, Colômbia, tornou-se a maior COP de Biodiversidade da história, com cerca de 20 mil delegados registrados na Zona Azul. O interesse na agenda é também crescente no setor privado brasileiro.



“

“Em Cali, vimos um maior engajamento do setor privado, mais do que tínhamos visto em Montreal.”
– **Giovani Tomasoni**, Sócio de Trench Rossi Watanabe

“

“A COP oferece um espaço de aprendizado para entender o que as outras empresas estão fazendo no Brasil e no mundo. Estamos num momento crítico onde é preciso agir. É momento de ação e ação em larga escala, por isso a agenda de parcerias é muito importante. O Brasil, como um país mega diverso, mantém seu papel de protagonismo trazendo iniciativas de larga escala, projetos que façam a diferença. O setor papel e celulose se posiciona como uma solução de conciliar negócios com conservação da biodiversidade, projetos de larga escala em harmonia com a biodiversidade.” – **Helena Pavese**, Gerente Executiva de Meio Ambiente da Suzano



De Cali a Belém: conexão entre biodiversidade e clima

A conexão entre a agenda de clima e de biodiversidade esteve no centro das discussões em Cali, especialmente em eventos paralelos na Zona Azul e Zona Verde da conferência.

Houve apelos para que todos os atores – especialmente as Partes – reconhecessem a ameaça crítica que a mudança climática representa para a biodiversidade e considerassem seu papel na adaptação, mitigação e no fortalecimento da resiliência. Destacou-se também a importância de integrar e



promover Soluções Baseadas na Natureza (NbS) e abordagens baseadas em ecossistemas como estratégias essenciais para adaptação e mitigação das mudanças climáticas.

**Essas abordagens
devem ser
priorizadas ao
atualizar os NBSAPs,
NDCs e outras metas
nacionais
relacionadas à
biodiversidade e ao
clima, reforçando a
convergência entre
essas agendas.**

A mensagem central de diversos eventos e discussões na Zona Azul foi o papel crucial da inovação e das parcerias entre os setores público, privado e terceiro setor para escalar práticas sustentáveis. Foi amplamente ressaltado que as agendas de clima e biodiversidade estão intimamente ligadas à agenda de desenvolvimento econômico.

“

Estamos há anos buscando equilibrar os objetivos de proteção ambiental e desenvolvimento econômico. Para alcançar esse equilíbrio, é essencial identificar pontos de sinergia que promovam confiança e fomentem maior colaboração entre os setores. No setor agrícola, isso significa desenvolver soluções voltadas para os produtores e adotar abordagens público-privadas em nível de paisagem, que valorizem os serviços ambientais já prestados pelos agricultores, ao mesmo tempo em que incentivem práticas de agricultura regenerativa.

Um dos principais desafios é avançar em políticas públicas que reconheçam e promovam os múltiplos benefícios que a agricultura pode oferecer.



Além de garantir alimentos, fibras e combustíveis renováveis indispensáveis à sociedade, a agricultura também desempenha um papel crucial na saúde do solo, na captura de carbono e na prestação de outros serviços ambientais.

Em um mundo que exige cada vez mais resiliência climática e resultados positivos para a natureza, é imprescindível fortalecer a inovação em práticas e produtos. A agricultura brasileira, com seu histórico de inovação, está especialmente bem posicionada para liderar essa transformação. É urgente mudar a narrativa em que a agricultura é vista apenas como parte do problema e direcionar o foco para as soluções positivas que já existem e podem ser amplificadas com os incentivos e investimentos adequados.”

– **Natasha Santos**, Head de Sustentabilidade da Bayer Crop Science

”



Vim à COP16 com a expectativa de aprender como se faz a inevitável relação entre biodiversidade e mudanças climáticas, a fim de internalizar isso em uma empresa global que vive desafios naturais diferentes - desafios europeus são diferentes dos desafios na América do Sul e esses são diferentes dos desafios asiáticos, por exemplo. O principal hoje é ter clareza de como negócios podem medir seus impactos a fim de mitigá-los e diminuir riscos. Acredito que há maior sensibilidade do setor privado em relação à biodiversidade e seria mais fácil avançar se houvesse uma melhor conexão entre as agendas de biodiversidade e mudança do clima” – **Henrique Paiva**, Diretor de Relações Governamentais e ESG da Siemens Energy



Mobilização de Recursos: o item crucial da COP16

Diante do pouco progresso nas negociações ao longo das duas semanas, a Presidência da COP16 apresentou uma proposta de texto durante a Plenária final, que incluiu uma decisão sobre o estabelecimento do instrumento de financiamento global dedicado à biodiversidade sob a autoridade da COP, a ser totalmente operacional até 2030, além de um processo intersessional para determinar e detalhar seu funcionamento até a COP18. Entretanto, não foi possível chegar a

um acordo sobre o item, que também deve ser retomado em fevereiro de 2025, em Roma.

Em paralelo, financiamento e instrumentos financeiros alternativos à conservação e uso sustentável da biodiversidade foram destaque nos debates ao redor da Zona Azul da COP16. A programação oficial da CDB incluiu a realização do segundo Finance and Biodiversity Day, que promoveu debates de alto-nível entre autoridades governamentais, líderes empresariais, bancos multilaterais e organizações internacionais. Além disso, em diversos pavilhões era possível acompanhar inúmeros debates sobre gerar valor à conservação e ao uso sustentável da biodiversidade, permitindo maiores investimentos e mobilização de recursos privados.



Vejo movimentos importantes em Cali seja da parte regulatória, relacionada a exposição financeira ao capital natural e a necessidade de integrá-lo ao modelo de negócio das empresas, bem como da agenda de oportunidades em especial do capital natural como ativo de geração de valor, como por exemplo a partir dos créditos de biodiversidade. É importante entender como internalizar esses processos”

– **Henrique Pereira**, Co-fundador e Diretor da WayCarbon



Monitoramento: o estabelecimento dos indicadores

Antes da COP16, o refinamento contínuo da estrutura de monitoramento detalhada que Marco Global de Biodiversidade (GBF, em inglês) foi declarado como um dos itens de negociação mais importantes, com vários indicadores técnicos que deveriam ser acordados pelas Partes.

O estabelecimento de uma estrutura de monitoramento do GBF foi adotado por meio da decisão 15/5 na COP15 em 2022 e inclui:

- Indicadores principais para monitoramento nacional, regional e global;

- Indicadores complementares mais detalhados.

Essa estrutura de monitoramento será a ferramenta principal para rastrear o progresso da implementação do GBF.



Precisamos definir indicadores de riscos e dependências com relação a biodiversidade para endereçar a meta 15. Mesmo que não haja uma padronização de metodologias, é importante que empresas tenham conhecimento de seu risco e também como elas podem atuar na conservação da biodiversidade.” – **Ana Viana**, Gerente de Assuntos Regulatórios para Biodiversidade e Bioinovação da Natura

Durante as negociações na COP16, houve progresso significativo ao longo das duas semanas, e as Partes chegaram a um consenso quanto aos indicadores, exceto o indicador 7.2 sobre pesticidas e indicadores de componentes para a Meta 16 sobre consumo sustentável – sendo que ambos permaneceram entre colchetes. A decisão, no entanto, não foi adotada devido à suspensão da COP16 por falta de quórum. Este item é um dos que serão retomados em fevereiro de 2025, em Roma.

DSI: Inovação, biodiversidade e repartição justa de benefícios

Tema central para a ICC e seus membros, várias questões-chave foram dificilmente discutidas e pouco consenso foi alcançado ao longo das duas semanas. Conforme o tempo foi se esgotando e diversos pontos continuavam em aberto, a Presidência da COP realizou consultas individuais com grupos Regionais e Partes e conduziu negociações ministeriais para se buscar um consenso. A Presidência então apresentou um texto final que foi adotado na plenária final.

O texto estabelece um sistema em que grandes empresas em certos setores indicados que "direta ou indiretamente

beneficiam" ("directly or indirectly benefit") do uso do DSI "devem" ("should") compartilhar os benefícios em taxas indicativas declaradas, ao mesmo tempo em que convida os países a tomar medidas para "incentivá-los" ("incentivize") a fazê-lo.

“

A discussão sobre sequência genética digital (DSI) nasceu muito tímida na COP15 em Montreal mas ela teve um avanço muito grande esse ano, sendo que ela afeta vários setores. O texto final não é o ideal, é o possível, principalmente, se consideramos o pouco tempo que tivemos para uma discussão que envolve múltiplos atores, como empresas, instituições de pesquisa, universidades, pesquisadores, povos e comunidades indígenas e tradicionais e muitos membros dos



Ana Viana

governos de quase 190 países. Entretanto, é um ótimo começo, e sabemos da importância de se manter essa discussão em aberto, na busca do texto ideal, que seja capaz de atender as demandas e necessidades dos povos indígenas e comunidades tradicionais e que ao mesmo tempo seja capaz de trazer recursos de repartição de benefícios financeiros e/ou não financeiros, e que principalmente tragam benefícios à conservação e uso sustentável. – **Ana Viana**, Gerente de Assuntos Regulatórios para Biodiversidade e Bioinovação da Natura

”

“

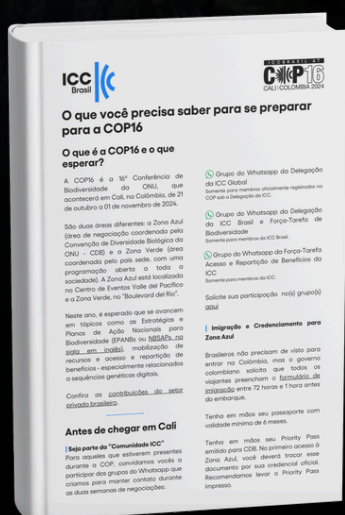
As discussões em relação ao tema da sequência digital (DSI) foi o grande tema e ponto de maior preocupação da COP16. Vejo os setores farmacêutico e de alimentos bastante envolvidos nessa agenda. Em DSI, houve um avanço importante, com bastante engajamento do setor privado, mesmo que esse mecanismo tenha de ser refinado para a próxima COP, mas chegamos a um texto. Importante destacar que a proposta do Brasil foi bem recebida. A decisão do DSI sob o olhar jurídico ainda tem muitos conceitos abertos, seja daqueles que se beneficiam direta ou indiretamente; também tem o ponto de quando se aplica o pagamento (por receita ou por lucro) e por último a questão de como os governos devem incentivar o setor privado a começar suas contribuições. É uma agenda muito específica e é importante ter clareza das regras. Isso permitirá maior engajamento e maior segurança jurídica. Talvez o mecanismo tenha que caminhar para uma simplificação para ter maior adesão dos países e, posteriormente, maior engajamento do setor privado. O lado positivo da COP16 é criação do Fundo de Cali que permite às empresas que desejarem já poder contribuir, e que define que 50% dos aportes serão destinados para populações indígenas e comunidades locais” – **Giovani Tomasoni**, Sócio de Trench Rossi Watanabe



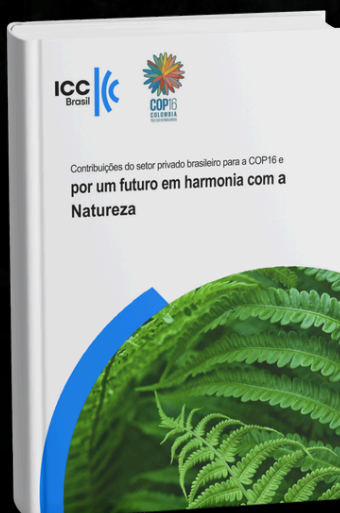
A ICC continuará acompanhando a agenda de biodiversidade globalmente, na jornada até a COP17 na Armênia. No Brasil, continuaremos trabalhando para destravar todo o potencial da economia verde, impulsionando políticas públicas e boas práticas empresariais para o desenvolvimento socioeconômico e para geração de valor à floresta em pé.



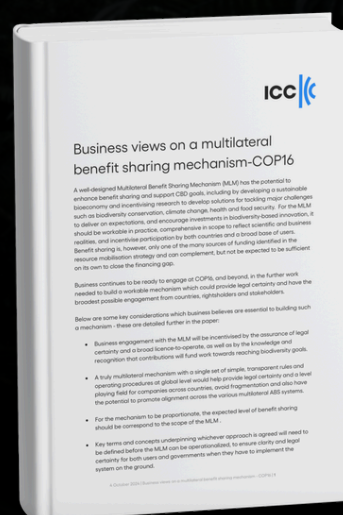
Saiba mais sobre nossa atuação na agenda de biodiversidade:



Booklet COP16



Contribuições do setor privado brasileiro para a COP16 e um futuro em harmonia com a Natureza



COP16: Business views on a multilateral benefit sharing mechanism

Equipe de Policy da ICC Brasil

Gabriella Dorhiac
Diretora Executiva

Lais Zeitune
Analista de Policy

Paula Costim
Gerente de Policy

Guilherme Rabel
Estagiário de Policy

Danielle Berini
Analista Senior de Policy



Rua Surubim 504, 12º andar. Brooklin, São Paulo - SP
CEP 04571-050
Tel: +55 11 3040-8832 / 8835
iccbrasil@iccbrasil.org